

RIBATEJO: do rancho de trabalhadores ao rancho folclórico
a construção social de novas práticas configuradas numa identidade regional *

Humberto Nelson Ferrão

INTRODUÇÃO

Este texto pretende ser uma primeira abordagem ao contexto em que apareceram dos ranchos folclóricos da região denominada por Ribatejo. Apesar de alguma controvérsia quanto aos elementos constituintes da região e aos seus limites, o facto é que ela tem sido considerada com características específicas que a tornaram distinta das restantes ao nível do país.

A situação tem estado mais ou menos definida: há aqueles que acreditam no grupo de pessoas (“aficionados”) que vão cumprindo os objectivos dos ranchos folclóricos, aqueles que concebem esse esforço sem interesse de maior e outros que lhe conferem a sua indiferença. Desde um discurso de apoio incondicional - quase sempre inflamado com base nos atributos dos “bons velhos tempos” - até àqueles que apelam a valores mais actuais, desvalorizando aquelas práticas mais tradicionais e já em desuso, existe uma panóplia de interesses e interessados que se posicionam num terreno contemporâneo de uma *coexistência* tolerada, mantendo todavia os seus respectivos campos de autonomia bem delimitados e com poucos pontos de intercepção.

Apesar de tudo, quem se interessar minimamente por tentar perceber como aquele domínio da cultura local se desenvolve e à custa de que meios e de que recursos, então rapidamente começa a verificar que uma rede nada fácil de relações se vão estabelecendo, muito para além do estrito domínio desse grupo de interessados que se diz preocupar com os hábitos e costumes de um determinado espaço geográfico.

Por um lado, através de uma simples abordagem, constata-se que existe uma discrepância entre as informações e as práticas das fontes mais idosas no terrenos e aquilo que dizem as “pessoas ligadas” aos ranchos folclóricos sobre as tradições de uma localidade; por outro lado, o rancho folclórico considerado dentro do tecido social como uma estrutura, que estabelece relações e funções não só internas como também para o seu exterior, pode assumir um papel determinante no desenvolvimento do seu local, a partir de uma lógica e dinâmica associativa próprias, reequacionando o seu posicionamento quer em relação ao movimento folclórico quer em relação aos territórios administrativamente considerados na sua região ou no país (freguesias, lugares).

Estamos, pois, a ser confrontados com um ponto de *tensão* baseado numa vertente mais ligada aos pressupostos antropológicos e sociológicos, com as suas particularidades científicas próprias e com uma outra vertente que entronca na área do associativismo cultural, que exige uma complementaridade de procedimentos, na tentativa de manter uma estrutura (o rancho folclórico), mais ou menos formalizada, no âmbito local, em condições de responder aos desafios que actualmente se lhe colocam.

Esses desafios derivam da satisfação de necessidades que cada vez mais se vão colocando ao nível dos chamados tempos livres das populações e também na procura da (duma) memória colectiva que as gerações mais novas obviamente não detém, mas aonde alguns ainda pretendem entendê-la como fonte de ensinamento e de aprendizagem para a valorização dos quadros de

* Esta é uma versão necessariamente abreviada de um trabalho mais extenso sobre os ranchos folclóricos do Ribatejo, que pretendo desenvolver a partir do Mestrado de Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação, no ISCTE. Agradeço as orientações dos Profs. Drs. António Firmino da Costa e Pedro Prista que permitiram apresentar o presente texto.

sentido duma vida ligada a um determinado local, como contraponto às vicissitudes sentidas hoje em dia.

Nestes cenários colocam-se então *relações estreitas entre as tradições e a modernidade*, “definindo-se esta como uma ruptura e aquelas representando a única fonte possível de sentido, (...) onde o arcaico não cessa de retornar no moderno”¹.

Embora possamos considerar que estas duas visões continuam a ter apoiantes exclusivos, mais recentemente elas não podem deixar de ser tomadas numa outra perspectiva que aponta precisamente para a coexistência dos seus elementos constituintes num mesmo tempo e espaço.

Deste modo, não será difícil antever situações *híbridas* e zonas de tensão a necessitar de uma reflexão mais aprofundada em matérias tão díspares como a criação e recriação das práticas etnográficas no âmbito da descontextualização espaço-temporal em que elas persistem, bem como os “meros” actos de gestão cultural regular, as acções de divulgação de um produto que o mercado turístico (e não só) deve adquirir e em que condições, das relações produzidas com os diferentes públicos, já muito influenciadas pelos *media* ...

No fundo, também nesta área é manifesto o processo de mudança social que se instalou nestes tempos das “modalidades modernas da experiência” ou, dito doutro modo, estamos confrontados com um (o) entendimento entre o passado e o futuro, assente no equilíbrio/desequilíbrio da equação entre o pensamento das raízes (tudo o que é profundo, permanente, singular) e o pensamento das opções (tudo o que é variável, substituível, indeterminado a partir das raízes)².

Neste quadro, pela sua dimensão e alcance actuais, a explicação deste fenómeno pode e deve ser tentada sob os mais variados aspectos, não descurando a maneira como as concepções, mesmo ideológicas, sobre o folclore e os ranchos foram apropriadas e invocadas por alguns, tentando (e conseguindo) manter uma visão desfocada de um processo de (re)construção social duma identidade (artificial??), desde o início da década de 30, através de dispositivos fortemente enviesados e redutores.

Ora, a região de referência é denominada por *Ribatejo* que, embora seja uma zona de grande mobilidade e de transição {de passagem (?)} no centro do país, conta desde cedo com alguma criação e movimentação de ranchos folclóricos, exponencialmente incrementados após o surgimento da Feira do Ribatejo (que 10 anos depois se tornou Feira Nacional de Agricultura), certame anual começado a realizar em Santarém, em Maio de 1954.

A APOSTA DO ESTADO NOVO: A VALORIZAÇÃO FOLCLÓRICA

Numa análise escrita em 1980 e apresentada em 1987³, sobre uma extensa consulta às publicações do SPN/SNI, entre 1930 e 1960, foi possível estabelecer alguns dos postulados do Estado Novo, em que assentou a sua

¹ Rodrigues, Adriano Duarte, “Tradição e Modernidade”, in *Identidade, Tradição e Memória*, Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, nº 9, Lisboa, Edições Colibri, 1996, pp. 301 - 308.

² Santos, Boaventura de Sousa, “A queda do *Angelus Novus*: para além da equação moderna entre raízes e opções”, in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 45, Coimbra, Maio 1996, pp. 5-34.

³ Ferrão, Humberto Nelson, “A Política do Espírito e o Ressurgimento Folclórico no Distrito de Santarém - 1930/60 – 1ª. Aproximação”, in *Temas de História do Distrito de Santarém, Comunicações apresentadas ao I Colóquio sobre História Regional e Local do Distrito de Santarém*, 11 a 14/1/1987, Santarém, Escola Superior de Educação, 1991, pp. 721-739. Este enquadramento das condições em que apareceram os ranchos folclóricos no Ribatejo também está apresentada, embora resumida, em Ferrão, Humberto Nelson, “O Folclore no Ribatejo – O Ribatejo nos anos 30-60: 1ª Aproximação”, (1981) in *I Congresso de Folclore do Ribatejo, 1987, Comunicações ...*, Região Turismo Ribatejo, Santarém, 1990, pp. 147 - 154.

“política do Espírito”, especialmente em relação ao folclore e aos ranchos folclóricos.

O SPN começou a utilizar esta expressão mais assiduamente a partir de finais de 1932⁴, como forma de se contrapor à “política da matéria”, em circulação crescente na Europa, de modo a dar a conhecer Portugal ao Mundo como nação soberana, mas com a sua diversidade muito própria.

Estávamos numa época em que Portugal tinha de ressurgir numa situação desfavorável e por isso o SPN/SNI teria de se preocupar com o fundamental: com uma acção não exclusivamente política (aparentemente). De resto, ao SNI competia, segundo o diploma que o instituiu, “combater por todos os meios ao seu alcance a penetração no nosso país de quaisquer ideias perturbadoras e dissolventes da unidade e interesse nacional”, bem como “organizar manifestações nacionais e festas públicas com intuito educativo ou de propaganda”⁵.

Era de facto isso que interessava a Salazar e ao SNI: “a política do espírito no seu mais amplo significado gira toda à volta de uma dupla reabilitação – a de Portugal no ânimo dos portugueses e a destes no concerto das nações. Uma e outra eram necessárias; ambas as empreendeu e levou a cabo a Revolução”⁶. (Salazar).

É para atingir estes objectivos, o SPN/SNI estimulou nos portugueses o culto pela tradição e pelo “regionalismo nacional”, através de diferentes iniciativas que atingiram públicos diversos, quer no país quer no estrangeiro (exposições, concursos, prémios, publicações, promoção turística...), sempre enaltecendo a singularidade da raça e da alma nacional alicerçados pelo ressurgimento do folclore português.

Por isso que uma tarefa prioritária fosse interessar o povo a estimar tudo o que têm dentro das fronteiras, de modo que ele sentisse orgulho da alma nacional, já que ele vive “contente a rezar, a dançar e a cantar, dando lições de optimismo às cidades fatigadas, pessimistas, compreendendo, como poucos, o ressurgimento português, mais ávido de bens espirituais - a Escola, a Igreja, a Família - do que materiais”⁷.

Devidamente articulados, a difusão destes objectivos encontraram no incremento turístico a forma expedita de se atingirem os alvos para que António Ferro apontava, já que o Turismo era “para além dum indiscutível factor de riqueza e de civilização, um meio seguríssimo não só de alta propaganda nacional como de simples propaganda política”.

Nesta medida, um dos primeiros ensaios nesta direcção aconteceu em 1935 quando, em Genebra, se expuseram as “nossas bonecas regionais, não bonecas estúpidas, a dizer papá e mamã, mas bonecas de rostos expressivos e diferentes, paisagens das nossas províncias”. Depois desta e doutras experiências “o necessário, o verdadeiramente belo seria transformar Portugal rústico numa constante exposição viva da arte popular. Os bonecos já não nos satisfaziam. Queríamos vê-los mexer, cantar, dançar”⁸.

É também por esta altura e, neste sentido, que Salazar dá testemunho de uma ideia bastante explicita do objectivo político que presidia a todas estas acções, no âmbito do folclore nacional: “fazei as leis de um povo, mas deixai-me fazer as suas canções e veremos qual de nós governa esse povo”⁹.

Mas ligado a este aspecto lúdico continuavam também os apelos à consciência espiritual, à família, ao bem-estar das populações sem divisão de classes (embora se tivessem de tomar medidas que evitassem os pé-descalços e

⁴ SPN, A política do espírito e os prémios literários, 21/2/34, pp. 5

⁵ Martha, Cardoso e Muller, Adolfo, *Evocação Monsanto*, SNI, 4/2/39

⁶ Salazar, “Discurso de 27/4/43”, in *A cultura Portuguesa e o Estado*, Publicações do SNI, 1946

⁷ SNI, *Prémios Literários - Discursos*, 4/2/39, pp. 93

⁸ *Idem, Ibidem*, pp. 91

⁹ Abreu, Renato, *Espiritualidade Popular*, 1939, p. 59

a mendicância que são um vício, para que os turistas não se apercebessem da situação¹⁰); esta harmonia era generalizada ao país inteiro como forma de garantir a identidade nacional, ignorando as diferenciações a todos os níveis, que, inclusivamente, se poderiam verificar através das canções¹¹ que se cantavam e dançavam em Portugal; no fundo, o folclore como uma prática paradigmática também da abolição das classes”: “o povo adopta as (quadras) que se identificam com ele; elas passam de boca em boca. Os cultos aproveitam-nas e o povo aproveita destes. Assim não há duas classes antagónicas, mas antes entidades que se compreendem mutuamente”¹².

Ora, esta imagem de alegria e de compreensão do povo português à luz das suas tradições, aliada à ideia de paz, de bem-estar, da ordem, da glória dos antepassados, da unidade nacional, da colaboração de classes, “do mais elevado sentido nacionalista”, constituía a *imagem de exportação* com que o país era apresentado no estrangeiro (e internamente também), fazendo ressaltar a “valorização turística daquele folclore que está compreendido em cada região”¹³ diferente do país¹⁴.

E estes pressupostos continuam por várias décadas, sendo ainda reconfirmado no Plano de Acção da Repartição do Turismo, do SNI, em 1959, quando se fala de ranchos folclóricos¹⁵.

É claro que o conjunto destas determinações, para serem postas em prática, levou à implementação também de um conjunto de consequências inevitáveis para o campo do folclore, suportado por um discurso político-ideológico generalizado ao país inteiro, como forma de garantir uma identidade regional e nacional fortes.

Por isso, assiste-se a um fenómeno de *regulação fiscalizadora* dos ranchos folclóricos por parte de SNI, de modo a orientá-los segundo as suas próprias conveniências. De resto, esse papel de controlador e ordenador é reivindicado por A. Ferro, antes de 1939¹⁶: “se o renascimento do Folclore Português não for atentamente vigiado, acompanhando-o, arriscamo-nos a vê-lo morrer, vítima do seu próprio excesso de vida. Estamos assistindo a par desse renascimento a uma invasão do folclore janota, quasi sempre falso”.

Esta perspectiva é pouco admitida pelos líderes dos grupos da altura, ao confessarem que o SNI não lhes garantia apoio algum, embora não sejam contabilizadas as orientações *mediadas* pelos notáveis locais que, mesmo não explicitamente, cumpriam as determinações e orientações que uma plêiade de interessados e estudiosos do fenómeno impunham, através das suas douradas opiniões, mais ou menos seguidas em conformidade e sem serem questionadas. Citem-se dois casos paradigmáticos: o director do Rancho Folclórico de Alte (Algarve), 60 anos depois, esclarece que os trajes inicialmente recolhidos na formação do rancho foram substituídos por outros pagos pela FNAT (1940), mais representativos da Província - na sua apresentação em Madrid - indicados por “3 etnógrafos” oriundos de Lisboa que deram uma “ordem que vinha das entidades do Estado”¹⁷. Também Sebastião Arenque, depois de aceitar o convite para dirigente folclórico do Rancho “Ceifeiras e Campinos”, de Azambuja, em 1967,

¹⁰ SNI, *Informação, Cultura Popular, Turismo* - Discursos I Congresso Estudos Turísticos, 24/10/64

¹¹ Abreu, cit. 9, pp. 29 e 30

¹² Lima, F. Pires, “Fontes da Cantiga Popular Portuguesa”, Actas Colóquio E. E. J. Leite Vasconcelos, 18 a 23/6/58, (Vol. II), Anexo 4, 1958, pp. 27 e 28.

¹³ Ferro, António, *Turismo, Fonte de Riqueza e Poesia*, SNI, 1949, p. 84

¹⁴ Melo, Pedro Homem, *Folclore*, 1970

¹⁵ SNI, *Plano de Acção da Repartição do Turismo*, 1959, pp. 71/72 (comentário ao Orçamento anual)

¹⁶ Abreu, cit. 9, p. 28.

¹⁷ Vieira, José Cavaco, “Esclarecimento de José Cavaco Vieira”, in Cartas ao Director, *Jornal Folclore* nº 49, Março 2000, p. 3. Ver também Fernando Correia Soares, *Raízes Etnográficas do Concelho de Loulé - zona serrana de Alte*.

teve de fazer-lhe algumas transformações, retirando-lhe “todo o repertório, dado tratar-se de músicas compostas, poemas feitos e coreografias encenadas ou imaginadas, sem nada em comum com as usanças antigas das gentes da Azambuja”¹⁸.

Portanto, esta visão de como tinha que ser o folclore e os ranchos folclóricos aponta para um certo tipo de estetização dos ranchos e do folclore que tem por detrás um estilo e uma forma de apresentação das actividades camponesas. Em vez de alertar os interessados (“o povo”) para o conhecimento do seu folclore, ao SPN/SNI e às outras entidades desconcentradas do poder central no espaço rural (Casas do Povo, FNAT...), interessou, sobremaneira, a valorização desse folclore como suporte dum discurso político-ideológico (pretensamente aclassista, poderemos dizer), em que o fim visado era a manutenção instrumental de certos valores que mais convinham legitimar dentro da situação de poder predominantemente criada.

É a partir desta aposta que devemos encarar o folclore português, utilizado pela classe dominante como forma de recriação perfeitamente instituída através do espectáculo, do grande evento, sobretudo até aos anos 60, e que foi a melhor maneira encontrada para perpetuar os “valores populares”, como enaltecimento dum passado glorioso que era preciso enfatizar para congregação do esforço nacional. Paralelamente, rancho folclórico e espectáculo de folclore formam um binómio que cada vez mais se confunde, ajudados pelos estímulos (leia-se competição) que se vão injectando de modo a garantir um bom espectáculo, que agrade ao público, que realize dinheiro e assegure a sobrevivência dos ranchos folclóricos organizados. Sobrevivência, aliás, que era alimentada quer à custa dos próprios ranchos, que desenvolviam actividades paralelas, quer à custa dos organismos oficiais que davam possível preferência aos Ranchos cujas características interessavam para o fim a atingir¹⁹: mostrar Portugal aos Portugueses e a todo o mundo, “servindo-se deles como instrumentos seguros de boa propaganda turística”²⁰.

DO DISTRITO DE SANTARÉM À PROVÍNCIA DO RIBATEJO

Para enquadrar a região que será o cenário da temática a que nos propomos, começamos por lembrar que a palavra Ribatejo foi aplicada pela voz corrente antes do séc. XIV; ela é referida em 1370 num documento de “venda de um batel em Aldea Galega, Ribatejo”²¹, para além de ser evocada também pelo dramaturgo quinhentista Gil Vicente²², em vários dos seus Autos.

Mas já no século XX, ele é considerado a partir de uma vasta região encruzilhada, no centro do País e entendida como pólo de atracção que faz a ligação das terras do Norte com as do Sul, de um e de outro lado do Tejo²³.

Com o País dividido por Distritos, o de Santarém não tinha a coincidência dos concelhos que eram indicados pelos diferentes critérios entendidos como

¹⁸ Arenque, Sebastião Mateus, *A Nódoa*, Casais dos Britos (Azambuja) (Edição do autor), 1999, pp. 14-16.

¹⁹ SNI, cit. 15.

²⁰ SNI, *Plano Acção de Repartição do Turismo*, 1960, pp. 38/39.

²¹ Chaves, Luís, “Aspectos etnográficos do Distrito de Santarém”, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 43, 1936, p. 132.

²² Cf. Ribeiro, Margarida, “Algumas referências ao Ribatejo, em Gil Vicente” in *II Congresso de Folclore do Ribatejo - 1989, Comunicações, Recomendações e Propostas*, Santarém, Ed. Região de Turismo do Ribatejo, 1990, pp. 15-32. Aqui é dito que “no séc. XII há referências a *Riba Tejo*, significando um conjunto de locativos da margem esquerda do Tejo, em frente de Lisboa, aonde os batéis iam carregar trigo e outros mantimentos para a cidade...”(p. 31). Também a ele se refere Girão, Aristides de Amorim, “O Ribatejo na Obra de Gil Vicente”, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 43, 1936, pp. 57-63.

²³ Telles, Silva, “A região ribatejana e os seus limites”, in *Congresso Ribatejano, Santarém, 18 a 21 de Maio de 1923*, Casa Progresso, Lisboa, 1924, p. 16.

constituintes da região ribatejana - o tradicional, a base geológica e a base geográfica; porém, havia uma sintonia de um núcleo fixo de concelhos, sem contestação e existia um outro grupo de concelhos periféricos e oscilante segundo as classificações, quer a Norte (Vila Nova de Ourém, Ferreira do Zêzere, Tomar Sardoal, Mação, Alcanena, Rio Maior...), quer a Sul (Alcochete, Aldeia Galega, Moita do Ribatejo, Loures, Arruda dos Vinhos...).

Com a ausência de definições claras e inequívocas sobre aos limites do Ribatejo, o debate dos anos 20 é sintetizado no Relatório da Comissão (30/1/1931) nomeada para propor a Divisão Provincial, onde é sugerido que se não acabe com os Distritos - devido à função que eles têm desempenhado na construção das infra-estruturas das regiões e por ser a divisão administrativa mais antiga de Portugal²⁴ - e onde se propõem os concelhos que a devem constituir: os 20 concelhos do Distrito de Santarém, menos Vila Nova de Ourém, Mação, Sardoal, freguesia de Souto e os lugares de Sentieiras, Entre-Serras e Lercas (Abrantes) e freguesia do Peso (Coruche); acrescenta-se a esta lista os concelhos de Ponte de Sor, Vila Franca de Xira, Alenquer, Azambuja e Arruda dos Vinhos²⁵.

Sem uma decisão governativa tomada sobre este assunto, alguns investigadores²⁶, em 1936, ainda tecem desejos, metodologias e critérios onde continua patente algumas dificuldades quanto à delimitação da região ribatejana, chegando Orlando Ribeiro a defender um ponto de vista metodológico diferente das anteriores análises, apontando que “o estudo duma região deve começar pelos dos seus elementos e não, como é vulgar, pelo dos seus limites”, pois este segundo aspecto é menos importante cientificamente²⁷.

Defendia, assim, que “a individualidade geográfica de uma região se não define pelos aspectos da periferia”, mas pelas características do seu núcleo, uma vez que se constata que a usual “indecisão do traçado da fronteira” nos remete para a ideia de “zona de transição”²⁸ que a caracteriza e que se vai estendendo, geologicamente, até às terras do vale do Sado, de forma não linear; geograficamente, a região apresenta características uniformes, delimitada a Oeste e espraiando-se com as suas extensas planícies a Sul, tem no rio Tejo um elemento fundamental da sua paisagem, a qual é enriquecida por uma vegetação que faz a transição nítida entre o que existe no Norte e o que existe no Sul, onde há “luz intensa e plantas adaptadas à secura”.

Apesar desta mescla que a região pode induzir, este autor especificava ainda **três sub-regiões** distintas:

- a zona da “Borda d’Água”, que ladeia uma e outra margem do rio Tejo, com os seus respectivos afluentes, inundada durante as cheias e que constituem um fertilizante natural para os campos, as lezírias e mouchões; aqui é a zona de arrozais, da criação de cavalos, bois e touros onde ao campino tem sido dado papel de destaque, devido às características específicas do seu trabalho.

- Para Norte, o relevo é mais variado e “os solos terciários mais consistentes em uma série de pequenos planaltos alongados entre vales e

²⁴ Neste ponto socorremo-nos de um recuo histórico para esclarecer que, desde 1835, o País está dividido administrativamente por Distritos, depois dessa divisão ter assentado em concelhos (até 1832) e de ter falhado a experiência da divisão provincial (de 16/5/1832 a Abril de 1835), in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 23-25, 1926, p. 2.

²⁵ Relatório da Comissão da Divisão Provincial, em 30/1/1931, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 31-36, Santarém, 1930/32, pp. 2, 5 e 51.

²⁶ Chaves, cit. 21; e Ribeiro, Orlando, “Algumas Notas de Geografia do Ribatejo”, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 43, 1936, pp. 65-76.

²⁷ Ribeiro, cit. 26, pp. 69/70.

²⁸ Mais recentemente ainda Fernando Lopes Graça continuava a ver a “região ribatejana” como zona de transição entre as regiões do Norte e do Sul desta: Graça, F. Lopes, “Ainda tenho muito a realizar”, Junho 1986, p. 9 e “A última realização de Lopes Graça”, 1/12/94, p. 9, in *Jornal O Ribatejo*. Por outro lado, no campo folclórico, este argumento tem justificado comportamentos e atitudes para a apresentação e sobrevivência de alguns ranchos folclóricos.

barrancos. Predomina a cultura da vinha, da oliveira, dos legumes, as densidades de população são elevadas e o “habitat” aproxima-se do tipo disseminado”.

- Para Sul, “a uniformidade é maior e a planície alonga-se com uma regularidade (tal) que se confunde com a grande faixa de areias pliocénicas que ocupa a maior parte da Península de Setúbal. Predomina a charneca inculta, o montado de sobro e azinho, com criação de porcos, o pinhal em grandes extensões de areias pobres” e uma densidade populacional bastante baixa.

Estes contributos inserem-se dentro de uma ideia de conseguir dar uma unidade e uma identidade a um espaço que, por sua vez, é atravessado por uma diversidade de situações, cujas inter-relações acabam por caracterizá-lo, de forma a dar voz aos anseios e reivindicações dos seus habitantes no conjunto nacional.

O Ribatejo ainda não tem existência legislativa e essa noção de representação territorial é um adquirido pela tradição que foi sintetizado no Congresso de 1923 e enriquecido pelas reflexões posteriores, apresentadas em várias publicações, mas particularmente nos Boletins da Junta Distrital.

Neste caso em apreço somos levados a concordar também com a análise que não esquece “a importância das configurações espaço-temporais na constituição dos processos sócio-culturais, (pois) não nos parece correcto analisar o espaço-tempo independentemente da dinâmica dos objectos e das relações que integram” (...). Com esta perspectiva é possível perceber disposições e trajectos a partir de características singulares baseadas na “diferença que o espaço faz”, o qual pode configurar um determinado tipo cultural que é permanentemente confrontado com processos de construção, desconstrução e reconstrução²⁹.

Parece-nos ser desta forma que as elites locais vão tomando consciência da representação espacial duma área regional, laboriosamente trabalhada para consubstanciar uma ideia de região que seja consentânea com os desejos e interesses da governação.

Apesar de tudo, o Ribatejo só viria a ser legitimado e ajustado administrativamente a partir do ano de 1936, através do Código Administrativo, publicado pelo Decreto-Lei nº 27424, de 31/12/, que instituiu a Divisão Provincial do País.

A partir da proposta de Divisão Regional publicada no Boletim da Junta Geral do Distrito, de 1931 (que foi alterada), o Ribatejo passou a ser dirigido por uma Junta de Província constituída por 21 concelhos, assim delimitada: na margem direita - Ferreira do Zêzere, Tomar, Abrantes, Sardoal, Constância, Torres Novas, Alcanena, Barquinha, Golegã, Rio Maior, Santarém, Cartaxo, Azambuja e Vila Franca de Xira; e na margem esquerda - Chamusca, Ponte de Sor, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Benavente e Coruche.

Está formada a Província do Ribatejo, mas o terreno está retalhado por critérios outros que não aqueles emergentes da história dos lugares e do tempo, facto conducente a uma determinada unidade que, no dizer dos mais tradicionalistas, deixou de fora zonas importantes das semelhanças histórico-geográficas de uma parte significativa do território e incluiu outras não directamente relacionadas com esse núcleo central, junto ao Tejo e às suas planícies.

Para todos os efeitos, o Ribatejo continua a ser uma região discutida e discutível, a partir dos pontos de vista que sejam convocados para a análise em causa. É por isso que em 1947, durante o II Congresso do Ribatejo, ainda há quem questione a não inclusão de alguns dos concelhos (tidos como ribatejanos!!) na Província do Ribatejo e que indicámos acima.

²⁹ Cfr. Lopes, João Teixeira, “Estruturas espaciais e práticas sociais - A inexistente opção entre o local e o global”, in Revista *Sociologia* nº 4, Porto, 1994, pp. 225-227.

Mas, manifesta ou latente, há uma característica privilegiada ao Ribatejo que é apontada frequentes vezes e que assenta na “dupla transição existente entre as regiões do Norte e as do Sul e entre as regiões do litoral e do interior (...), possuindo um pouco de todas as paisagens portuguesas”.³⁰

Por outro lado, independentemente dos autores e dos critérios utilizados (desde os geo-agrológicos ao clima e vegetação), é constatável um denominador comum, que apontava para uma característica geográfica muito regular, de resto, de uso corrente entre os seus habitantes - a região do Ribatejo, em 1940, era assumidamente caracterizada por 3 sub-regiões³¹:

- a primeira, mais extensa, situada a Norte (Ribatejo-Norte), com terrenos mais ou menos ondulados e de relevo moderado, grossomodo na margem direita do rio, acima de V. F. de Xira; é constituída por Miocénico lacustre, nela se distinguindo as terras baixas (“terras de campo”) e as terras altas (“terras de Bairro”), normalmente argilo-arenosas ou argilo-calcárias de composição física favorável e férteis, onde domina a cultura da vinha e da oliveira associada à dos cereais.

- a segunda, inclui o Vale do Tejo propriamente dito (Lezíria, Borda d'Água ou Campo), junto às margens do rio, é constituída por terrenos de aluvião, frequentemente de natureza argilosa e enriquecidos por nateiros (acumulação de detritos, minerais e orgânicos, arrastados pelas chuvas e pelas cheias), de aptidão cultural muito variável, conforme a sua composição física e química - vinha, milho, trigo e arroz; (A. Girão incluía nesta zona o Vale do Sorraia desde Benavente para além de Coruche); refira-se ainda as boas pastagens e a criação de gado (sobretudo cavalos, éguas e touros)

- a terceira, a Sul (Ribatejo-Sul - zona da “charneca”), corresponde às areias terciárias do Miocénico lacustre, natural prolongamento das terras do “Bairro” da margem direita, englobando uma vasta planície ondulada, para o Norte de Almeirim, Coruche, Mora e Pavia, e que ainda se estende para Leste, um pouco para além de Ponte de Sôr e Alvega, até acabar no Tejo; por outro lado, esta sub-região corresponde também a uma formação do Pliocénico, que se prolonga para o Sul, através do Sorraia em direcção à Península de Setúbal e às Lezírias do Sado, constituída por terrenos arenosos ou areno-argilosos muito pobres e frequentemente revestidos com sobro e azinho, pinhais e eucaliptais ou com matos em regime pastoril (suínos em montado), dominando ainda a cultura cerealífera nos locais mais favoráveis.

Ora, assente neste cenário de trilogia territorial (Bairro, Lezíria e Charneca), a Província do Ribatejo foi construindo a sua identidade e legitimando os valores do que deveria ser o ribatejano, segundo os traços comportamentais influenciados principalmente pelo relevo. Motivada por razões ideológicas, a região vai sendo representada e pintada aos olhos dos naturais e do exterior, com as cores de um discurso que fazia valorizar cada um destes pedaços de terra no todo Nacional. É este tipo de discurso que, com o continuar dos anos, vai sendo exponencialmente utilizado na caracterização da etnografia regional e que serve de fonte inspiradora para as práticas que condicionaram o desenvolvimento do campo folclórico no Ribatejo.

Por outro lado, na continuação do trabalho da Junta Geral do Distrito de Santarém, também a partir dos finais dos anos 30, a Junta de Província continuou a publicar os seus Boletins de divulgação das preocupações e dos valores que

³⁰ Torres, José Pacheco, “Arborização de Estradas - Espécies apropriadas ao Ribatejo” in *II Congresso Ribatejano, Actas...29Jun/12Dez 1947*, Casa do Ribatejo, Lisboa, 1948, p. 181. Ver também Girão, Amorim, *Carta Geográfica de Portugal*. Frazão, E. A. Mendes, “A autonomia regional do Ribatejo sob o aspecto agro-climático” in *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1 (1937/40), 1940, pp. 69-80; e Ribeiro, cit. 26.

³¹ Torres, cit. 30, p. 179/183.

respeitavam ao Ribatejo, registando o conhecimento e o reconhecimento da identidade da região, numa acção única a nível nacional³².

Com o denominado Boletim da Junta de Província, o objectivo principal era continuar a dar corpo legal e “individualizando administrativamente uma zona caracterizada por uma forte consciência regional” e por uma “forte personalidade etnográfica ribatejana³³”, indicando as diferentes versatilidades que a região vai tendo e demonstrando, evidenciando, mais coerência dos traços de um certo viver local, apelando ao bairrismo, com valores específicos ao Ribatejo, mas que, pelo excesso, começam a ser entendidos de uma forma redutora no sentido da *mitificação* de certos traços regionais que hão-de perdurar e ter consequências muito determinadas para a região e para o seu folclore.

No caso desta região, também a produção social de identidade foi um processo que teve sempre em conta a questão da alteridade³⁴, como referencia de justaposição e uma vez configuradas, legitimadas, as províncias então criadas foram um forte contributo para a estratégia unificadora da diversidade do país e reorganizadora da acção política dos governos de Salazar, pois ela tinha como fim promover a ordem e a coesão nacionais.

A criação da Província do Ribatejo teve por consequência contribuir para a harmonização e construção de uma “unidade do diverso, dentro duma diversidade única” e como construção social ela serviu os desígnios duma política que deixou marcas regionais de referência ainda hoje bem evidentes, apesar da classificação provincial não ter o entusiasmo de outrora.

Ao contrário da tese da altura, que defendia a construção da identidade regional como do mais genuíno, puro, que se estava a construir, também concordamos que esse processo identitário transporta grandes “ambivalências”, “convivências”, “infidelidades recíprocas” e impurezas na sua construção, porque “as identidades sociais se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes³⁵”.

O RIBATEJO DÁ-SE A CONHECER

Pelos documentos compulsados ao longo destes anos verifica-se uma mudança nos discursos sobre o Ribatejo das décadas de 20 e 30 comparativamente com os produzidos a partir de 40 e sobretudo durante a década de 50, em que os valores ideológicos do regime, ligados aos da Província, foram defendidos mais exacerbadamente, tentando legitimar uma identidade do Ribatejo e, muitas vezes, do homem ribatejano, que se pretendia como expressão valorativa e doutrinária da região.

Não podemos deixar de apontar Bourdieu quando perfilha a ideia de que uma região não é feita pelo espaço, mas sim pela história e pelo tempo, ela é o “produto de uma imposição arbitrária de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima”, em que uns e outros têm interesses diferentes quanto ao modo de classificação regional, tentando-se a formação de um grupo que tenha o poder suficiente para impor os “princípios de uma visão única da sua identidade, e uma visão idêntica da sua unidade”.

³² Girão, Amorim A., “O Ribatejo no Portugal de Aquém e de Além Mar (2/4/38), in *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1 (1937/40), 1940, p.19.

³³ “Prefácio”, In *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1 (1937/40), 1940, pp. 3-4.

³⁴ Pinto, José Madureira, “Considerações sobre a produção social de identidade” in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 32, Junho de 1991. Ver Lopes, cit. 30, também sobre esta problemática.

³⁵ Pinto, cit. 34, p. 219.

E nas lutas deste jogo pela imposição e oficialização da região também não faltou o recurso ao acto da manifestação, pelo qual o “grupo {região} prático, virtual, ignorado, negado, se torna visível, manifesto, para os outros grupos e para ele próprio...”; este conjunto de práticas, por esta via evidenciadas, corporizaram uma “mobilização para produzir a unidade real ou a crença na unidade que tende a gerar a unidade real”. Contudo, apesar disto, também não podemos esquecer que a delimitação regional, o tipo de classificação encontrado, não foi do agrado (como normalmente acontece) das forças que mais lutaram por essa identidade; ainda assim foi dada a visibilidade que se impunha para o reconhecimento da existência da região ribatejana e da sua afirmação para o exterior³⁶.

De facto, durante os anos 30 começa-se a assistir a um conjunto de manifestações de índole nacional e regional destinadas a mostrar as potencialidades e capacidades de realização local, como também para mostrar e estimular o “regionalismo nacional”. É assim que damos conta, por exemplo, da Exposição Portuguesa (1932), do I Congresso Nacional de Turismo (1936), do Grande Cortejo Folclórico, em Lisboa (1937), do Concurso da Aldeia mais Portuguesa (1938) ou das Comemorações dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, com destaque para a Exposição do Mundo Português (1940), eventos que convocavam um conjunto de valores do ressurgimento folclórico e etnográfico que estimulam e privilegiam a unidade e coesão nacionais a partir dos sentimentos de pertença a uma terra, a um lugar, por mais ínfimo e distante que seja.

Esta mesma lógica está presente ao longo dos anos, em termos regionais, com a oportunidade e a necessidade cada vez maior de evidenciar aquilo que se faz intra-muros na região, mostrando aos outros as suas virtudes e potencialidades afirmando-se pelos elementos distintivos que a constituem, especialmente nas vertentes económica e etnográfica.

Depois do I Congresso Ribatejano (1923), dos “ensaios” da Exposição Regionalista (1923) e Exposição Concelhia de Santarém (1926), a Exposição-Feira Distrital de Santarém (1936) foi um marco e uma forma nova (montra) de apresentar as Feiras regionais, que desencadeou uma série de sinergias no Distrito, excedendo todas as expectativas ao ser visitada por mais de 395 000 pessoas e reclamando ver prorrogada a sua duração inicialmente prevista.

Assiste-se, nesta altura, a grandes entusiasmos empreendedores de afirmação local e regional, pois o Código Administrativo (31/12/1936) era a materialização dos desejos e dos apelos daqueles que pugnavam pela divisão regional do país. A partir do ano seguinte assiste-se ao grande incremento de iniciativas de expressão nacional e de envolvimento regional que apontam para uma regularidade temporal da *afirmação dos valores mais tradicionais, dentro da política de ressurgimento folclórico do país, a “Política do Espírito”*: tida como um grande marco de visibilidade nacional, a Exposição-Feira Distrital de Santarém (1936) - que Salazar inesperadamente visitou no último dia e que tinha sido inaugurada pelo Presidente da República - foi a grande mostra das capacidades e valores folclóricos do Distrito ou do Ribatejo, continuando este “dar a conhecer-se” no Grande Cortejo Folclórico, em Lisboa (1937); na Exposição-Feira do Cartaxo (1937); no Concurso da Aldeia mais Portuguesa, através da participação e selecção para uma fase final das freguesias do Pego (Abrantes) e da Azinhaga (Golegã) (1938)³⁷; nas Comemorações dos Centenários da Fundação - 1140 - e da Restauração de Portugal - 1640 - com um momento alto na apresentação da

³⁶ Bourdieu, Pierre, *O Poder Simbólico*, 2ª ed., Difel, 1989, pp. 115-120.

³⁷ Brito, J. Pais, “O Estado Novo e a Aldeia mais Portuguesa de Portugal”, in *O Fascismo em Portugal - Actas do Colóquio - Março de 1980*, Lisboa, Regra do Jogo, 1982, p. 511. Para além de esclarecido o processo de funcionamento deste Concurso, também lhe é feita uma crítica contundente em Barreiros, A. Souto, “Celestino Graça e o Povo”, in *In Memoriam de Celestino Graça (1914-1975)*, Santarém, 1978 (à 7ª página do artigo).

Exposição do Mundo Português (1940); nas Festas do Barrete Verde e das Salinas (1941); nas Festas do Colete Encarnado (V. F. de Xira); nas Festas dos Tabuleiros (Tomar); nas Feiras de S. Martinho (Golegã) e de Todos-os-Santos (Cartaxo) e noutras iniciativas que decorreram sem caracter de regularidade, em articulação com a Junta de Província do Ribatejo.

Curiosamente, dentre estas, em plena Guerra Mundial, constata-se a realização da Exposição-Parada Agrícola-Pecuária de Santarém e da Parada Folclórica e Cortejo do Trabalho (1940), integradas nas Festas Provinciais do Ribatejo, que continuaram o “efeito de montra regional”, precedendo tematicamente a Expo-Feira de Pecuária (1946) e um outro grande momento de reflexão e envolvimento dos líderes e pensadores desta zona no II Congresso Ribatejano (1947), organizado pela Casa do Ribatejo (1943, Lisboa), agora sob uma nova e legitimada condição administrativa: a Província do Ribatejo.

Sob a batuta da Junta de Província do Ribatejo, toda a década de 40 assistiu ao desenvolvimento de eventos, ainda que pontuais, mas que foram impondo uma “lógica da prática”³⁸ de delimitação e afirmação regional que se estendeu para a década seguinte com a Feira Franca - Exposição Industrial, Comercial e Agrícola (1950) e que a Feira do Ribatejo, por iniciativa da Câmara Municipal de Santarém, veio reforçar, legitimar, devido à sua institucionalização *anual* e ao seu redimensionamento, a partir de 1963 - com um âmbito nacional - posicionando-se, assim, como a charneira das Feiras portuguesas a nível Internacional: a Feira do Ribatejo (1954) e Feira Nacional de Agricultura (a partir de 1964).

De facto, a Feira do Ribatejo sintetizou todo um conjunto de interesses e interessados regionais como expressão anual dos valores, capacidade organizativa e empreendedora do Ribatejo.

Assente inicialmente nos modelos experimentados pelas Exposições, Feiras e Paradas de 1926, 1936, 1940, 1946 e 1950, a sua Comissão Organizadora cedo percebeu a força que esta estrutura regional podia desempenhar aos mais variados níveis, como montra periódica do desenvolvimento e visibilidade regional.

E para levar a cabo esta empresa, desde a primeira hora, a Feira do Ribatejo contou com a determinação e a acção do regente agrícola Celestino Graça que, a partir da sua 2ª edição, passou a ser o seu Secretário e homem-forte só abandonando esta posição com a demissão de toda a Comissão Executiva, em Outubro de 1974, no seguimento das contraditórias lutas políticas internas, emergentes da situação criada no pós-25 de Abril desse ano.

Para além do aspecto principalmente económico em que a Feira se constituía como um local de compra, venda e exposição de produtos da Agricultura e da Industria nacionais, ela rapidamente passou a ser também um forte centro regional de actividades de caracter recreativo-cultural oriundas de um *ribatejanismo* que tinha aqui lugar para se expressar em todo o seu esplendor.

Fruto do seu contacto com as variadas terras do Ribatejo, devido à sua profissão, Celestino Graça (com uma equipa mais ou menos dedicada) foi o grande impulsionador dos aspectos recreativos com que tinha de animar os tempos da Feira, para além do aspecto exposicional.

Aqui convém não esquecer que C. Graça é equivalente a Feira do Ribatejo e foi no primeiro ano desta (1954) que ele viu o Rancho Folclórico “Os Campinos” da Azinhaga (Golegã), servindo-lhe de estímulo para avançar para outros horizontes da representação a partir das três sub-regiões do Ribatejo, ou seja, com o poder de que estava investido como *alma mater* do certame, ele passa a defender que o Bairro, a Lezíria e a Charneca devem ter os seus próprios representantes distintos uns dos outros, encetando dentro das suas possibilidades, quer a fundação directa de ranchos, quer a sua capacidade de

³⁸. Bourdieu, cit. 36, p. 111.

influenciar os amigos e conhecidos estimulando-os a criarem e a dirigirem ranchos próprios que, entretanto, foram aparecendo. Mas, ao mesmo tempo, para além desta sub-divisão regional, ele concretiza outro dos seus pensamentos: “criar em Santarém um grupo que, mercê das condições específicas (estar no centro), pudesse demarcá-la toda” (à Províncias do Ribatejo)³⁹.

Esta intenção tem objectivos deliberados e mais vastos que se prendem com a possibilidade da própria Feira ter garantida a oferta de produtos de animação cultural que lhe permitissem a atractividade das gentes de dentro e de fora da região e que ela passasse a ser o “palco das grandes lides folclóricas de Portugal”⁴⁰.

Neste sentido, Graça começou por fundar um grupo de pescadores avieiros (1955), de Benfica do Ribatejo (Almeirim), devido à sua grande ligação profissional com estes “nómadas do rio” Tejo e por ser originário dum lugar da zona do Bairro, nos limites da cidade, criou o Rancho Folclórico de Graíño e Fontainhas (1956). Imbuído deste espírito e para beneficiar da centralidade da capital de Província, aposta num grupo de âmbito regional a partir do centro ao fundar também o Grupo Infantil Scalabitano (1956), a partir da festa de anos da filha, que por vicissitudes várias, passados alguns meses, muda o nome para Grupo Infantil de Danças Regionais, ao passo que desdobra ainda um segundo agrupamento, este constituído por jovens estudantes adolescentes, denominado por Grupo Académico de Danças Ribatejanas, cuja 1ª exibição se dá em 1957⁴¹.

Para além destes, ele entusiasmou novos aparecimentos de grupos ou a facilidade de um concelho, de uma ajuda, como nos casos de Almeirim, Vale de Santarém, Azambuja, Cartaxo, Torres Novas, Riachos, Salvaterra de Magos, Aveiras de Cima, até 1960...

Todos estes e outros ranchos passaram pela Feira do Ribatejo e foram criados com esse objectivo: servir de cartaz de animação do maior certame regional, congregando quase um rancho por concelho nos primeiros anos, que ali se deveriam apresentar.

Devido a esta acção continuada e norteada para a valorização do folclore regional nos anos subsequentes, aliada à capacidade de tomar decisões nesta área e por ser um dos intervenientes no meio, houve quem considerasse o panorama folclórico do Ribatejo (quer dizer ranchos folclóricos) num período antes e depois de Celestino Graça⁴².

De facto, há aqui uma intenção regional deliberada de surgimento e (re)invenção de tradições locais, directamente destinadas ao espectáculo que, por sua vez, cria novas estruturas de relacionamento social nas comunidades locais. Estas estruturas - ranchos folclóricos - dão o seu contributo desinteressado inicialmente, mas cedo percebem que podem usufruir do sistema vigente de comercialização de espectáculos, aliado à promoção/visibilidade do seu local de origem, ligado ao turismo vigente e assente num discurso de defesa da identidade ribatejana.

³⁹ Barreiros, A. Souto, “Celestino Graça e o Povo”, in *In Memoriam de Celestino Graça (1914-1975)*, Santarém, 1978 (à 7ª página do artigo). Estas ideias também foram confirmadas, em 23/1/99, por Bertino Coelho Martins, músico que acompanhou Celestino Graça no levantamento de melodias da região, nos anos 1950/60.

⁴⁰ *Id.*, *Ibid.*, (à 11ª página do artigo).

⁴¹ Moreira, João, “Os 25 anos do Festival Internacional de Folclore”, in *Festival Internacional de Folclore - Bodas de Prata - Retrospectiva*, edição Feira Nacional de Agricultura/Feira do Ribatejo, Santarém, 1983. Informações várias também recolhidas em entrevista a este “braço direito” de C. Graça, em 24/1/99. Ver também Barbosa, Luísa Teixeira, *Feira Nacional de Agricultura/ Feira do Ribatejo - Retrospectiva - 1954/1988*, Edição da Feira Nacional de Agricultura/ Feira do Ribatejo, Santarém, 1988, p.19; e Barreiros, cit. 39 (páginas 6 a 9 do artigo).

⁴² Barreiros, cit. 39.

Esta movimentação folclórica leva assim ao primeiro grande surto de ranchos folclóricos no Ribatejo que levou a uma tal capacidade de “fazer e de fazer ver” (Bourdieu) que se alicerçou um complexo cultural e ideológico à volta duma outra trilogia baseada no Homem (Campino), no animal (touro) e na geografia (a Borda d’Água, também apelidada por Lezíria) e que outros já tinham começado por sobre-valorizar através de “um pacto tácito” entre outros três valores - homem, cavalo e toiro - como símbolo de todas as virtudes ribatejanas (25/6/38)⁴³.

Ora, se a estas juntarmos a trilogia das sub-regiões da Província - Lezíria, Bairro e Charneca - parece que ao Ribatejo está acometido uma “unidade trilógica” que determina a forma como a região é percebida pelo exterior e como se dá a conhecer, situação que os ranchos folclóricos serviram como perfeitos meios transmissores.

Emerge aqui um processo de folclorização que veicula e exterioriza uma ideia da região e do seu património e praticas etnográficas que se projecta nos destinatários internos e externos, por forma a garantir a representação da sua imagem-tipo (região e sub-regiões). Passada *esta fase* de difusão das ideias regionalistas estamos concordantes em que o processo de folclorização assenta num “conjunto de rituais remetendo para a imagem idealizada e truncada que o grupo {(a região)} presume ser a mais congruente com a que sobre si terá construído o espectador-turista-consumidor”⁴⁴.

Entretanto, *noutra fase* bem posterior, este tipo de processo de folclorização adquire outra roupagem, porque são os próprios agentes do processo (os ranchos folclóricos) que começam a pôr em causa, pelo menos, aquele tipo de “imagem idealizada” anteriormente. Abre-se um outro tipo de processo de folclorização que passa por uma desconstrução/reconstrução das práticas folclóricas que abrem caminho para uma outra “imagem idealizada” da região que pretendem substituir e impor à anterior.

Assim, os ranchos folclóricos, como novas estruturas relacionais, desenvolveram outras práticas que possibilitam uma nova visão regional, pelo que se têm esforçado e obrigado junto do espectador-consumidor a: por um lado, desmontar as ideias pré-concebidas na fase anterior e, por outro, mostrar que o vigente processo de folclorização adquiriu outras nuances, fruto de um maior investimento no conhecimento deste objecto de estudo, mas continua a manter um conjunto de rituais dirigidos para a formação de uma imagem ideal e truncada que os “outros” irão passar a ter da mesma região.

O processo de folclorização surge agora com uma outra gradação qualitativa, podemos dizer, renovada, embora não perca o essencial da elaboração relacional indispensável à construção/reconstrução de um processo identitário “de uma espécie que se considera, é considerada e está em vias de extinção”⁴⁵.

DOS RANCHOS DE TRABALHADORES RURAIS ...

Até aqui temos descrito o processo de enquadramento em que os ranchos folclóricos fizeram o seu aparecimento na região do Ribatejo. Agora analisaremos mais em pormenor a forma de criação e fundação dos primeiros grupos como estruturas mais ou menos organizadas, a partir das ideias de *valorização folclórica* que aqui foram captadas, apesar da sua profundidade e extensão não serem muito convincentes senão a partir da década de 50, altura em que se

⁴³ São, António do Monte, “Ribatejo, terra de gente forte e boa”, in *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1 (1937/40), 1940, p. 61.

⁴⁴ Pinto, cit. 34, p. 219.

⁴⁵ *Id., Ibid.*

registra um grande surto de aparecimento de ranchos na região, como já dissemos acima.

Já percebemos como as inúmeras celebrações à volta dos valores tradicionais promovidas pelo Estado Novo tiveram um efeito de inebriante moralização e fomentavam um quadro de sentido baseado na ordem e coesão social das vilas e aldeias do país, qual modelo de comportamento que evitasse ou atenuasse algum indício de desordem.

Nos lugares da região, essencialmente, assistia-se a manifestações lúdicas ligadas aos ciclos agrícola e religioso que marcavam o tempo da folia e da devoção, seja nas romarias, seja nas marchas de carnaval ou nos santos populares, nas danças nos largos, nas eiras, nas tabernas...

Viviam-se estas manifestações de forma mais espontânea e a sua realização partia das pessoas mais desinibidas, entusiastas e empenhadas que as apresentavam para dentro dos limites das suas próprias localidades, o que representava quase o único divertimento que existia, gerando uma sociabilidade própria, para além daquela diversão de influência exógena que acontecia nas feiras e mercados regionais.

Mas esta situação foi-se alterando por força das manifestações festivas incrementadas no início do período do Estado Novo, que incorporavam todo o seu poder e a sua aura de celebração/encenação. Ou seja, dito um pouco resumidamente, a par das grandes celebrações encenadas pelo Estado Novo, através de um processo diferido no tempo e no espaço, começam as comunidades locais a movimentarem-se no sentido de afirmarem a sua capacidade empreendedora e de realização à volta de dispositivos lúdicos que acrescem aos seus divertimentos anteriores, “para a elevação do espírito” de cada um.

Assim, pelo efeito de imitação de alguns dos elementos das grandes celebrações e comemorações evocadas e dos grandes eventos nos centros urbanos, começa a verificar-se um maior número de eventos de rua, com um outro pendor artístico-cultural, a partir das próprias iniciativas locais como forma de mostrar o seu bairrismo, de dar a conhecer a sua criatividade, imaginação, gosto dos notáveis e líderes locais e regionais...; à volta de uma teia de relações sociais mais estreitas, a nível micro, forja-se a necessária unidade e coesão que fazia acreditar numa identidade singular de *ribatejanismo*.

Neste linha de pensamento também não podemos esquecer que, em 1932, se realizaram as primeiras marchas, em Lisboa e que, em 1934, a Câmara Municipal decide-se pela sua organização, dando-lhe continuidade nos anos subsequentes por imperativo do sucesso que elas ganharam dentro das festas populares que ocorriam até então. Também estamos em crer que este é o início de um fenómeno, sobre o qual não se detectam referências assentes numa tradição e que as classes mais desfavorecidas apropriaram dando-lhe um cunho muito específico⁴⁶.

Em termos regionais, institucionalmente, apontamos os marcos que perduram mais na memória: em 1936, a Exposição-Feira Distrital de Santarém e em 1940, as Comemorações dos Centenários da Fundação e Restauração de Portugal, onde as Marchas Populares e os Cortejos, com os seus carros alegóricos, evocam as lendas ou factos de relevo histórico ou, ainda, alguns aspectos da temática rural tradicional, donde “deveriam ser banidas todas as exibições fantasistas” para dar lugar à “verdade da vida ribatejana (...) tal como habitualmente se fez em tempos passados, tal como se faz nos nossos dias”⁴⁷.

⁴⁶ Sobre este assunto consultar Carvalho, Ruben, “Marchas no Tempo”, in Caetano, Paulo (coord.), *Marchas de Lisboa*99, Ed. Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, E.P., Lisboa, 1999, pp. 4-12. De facto, em 1932, as marchas são promovidas por Leitão de Barros (então director do “Noticias Ilustrado”), recebendo o apoio de Norberto de Araújo e do “Diário de Lisboa”.

⁴⁷ Sobre este assunto ver “Comemorações Centenárias Provinciais do Ribatejo”, in *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1 (1937/40), Santarém, 1940, p. 852.

Segundo alguns registos orais e escritos, ao mesmo tempo que as classes mais desfavorecidas iam dançando e cantando mais espontaneamente nas praças e nos largos das suas aldeias, a partir das melodias dos seus pais e avós, começa a registar-se uma crescente participação popular noutras maneiras mais formais de divertimento caracterizadas por um outro envolvimento local: aqui e ali, através de um modelo aplicado, basicamente, durante a época do Carnaval, foram ganhando consistência umas *marchas carnavalescas*, qual desfile de danças e cantares coreografados, onde a transgressão da ordem social ainda ia sendo tolerada com alguma moderação.

Começam então a aparecer algumas movimentações de líderes locais, que conjugavam o lado da criatividade poética e coreográfica para constituírem as marchas como forma de brincadeira e divertimento durante um período muito curto do ano, voltando a reorganizar-se eventualmente no ano seguinte sem carácter de grande regularidade. O grau de espontaneidade detectado inicialmente tem agora um outro grau de complexidade e de maior formalismo e controle social, político, ideológico.

Ora, o que estamos a evidenciar é que se detecta um primeiro momento em que o divertimento local assentava num conjunto de práticas que já vinham de uma época anterior e que, a partir de certa altura, é identificado um novo elemento de diversão baseado numa nova prática cultural que sofre as influências características das marchas.

Aos poucos, internamente, as aldeias começam a tecer novas relações sociais lúdicas com base nestes novos elementos e também aos poucos começam a difundir a sua capacidade empreendedora para o exterior, dando a conhecer a sua criatividade e saber fazer, condição cada vez mais acentuada de dizer da sua existência.

Assim, dá-se conta do alargamento geográfico da difusão do reconhecimento dos valores internos a cada lugar (“a valorização folclórica”), primeiramente, através da apresentação *institucional* externa das características tendencialmente singulares de cada lugar nos grandes eventos, quando a freguesia ou concelho desfilava normalmente no centro político regional ou nacional - no âmbito das grandes celebrações regionais ou nacionais - aquilo que identificava o seu lugar de origem e que ainda constituía normalmente algumas das práticas sociais da aldeia ou vila (a indumentária, as canções, as músicas, as bandeiras das adiafas,...); por outro lado, mais tarde, em paralelo, essa difusão do reconhecimento externo passou também a ser feita através das *marchas carnavalescas* de iniciativa local quando estas se apresentam pelo seu esforço em terras vizinhas, por alturas do Carnaval ou eventualmente pelos Santos Populares.

Com a ideia do Estado Novo e dos governantes locais de quererem dar consistência e visibilidade às características e valores folclóricos ribatejanos, inclinamo-nos para afirmar que este é o início de um processo de afirmação baseado numa nova forma de espectáculo - que pressupõe a separação entre o produtor (actor) e o receptor (espectador), quando até aí essa diferença era (quase) inexistente, na medida em que o divertimento era mais participado e partilhado, dentro de cada lugar.

Aquilo que passa a existir é então a *mistura* de elementos lúdicos e coreográficos tradicionais - algumas práticas ainda habituais, embora a cair em desuso, transmitidas entre gerações - e novos elementos artísticos (marchas) criados a partir do entusiasmo e da vitalidade local de algum músico, poeta ou dançarino que se evidenciasse...

Assim, esta simbiose artística, com graus diferenciados de afirmação conforme os lugares, entre-cruzada com o discurso de valorização folclórica e com a participação nos grandes certames regionais e nacionais, que regularmente se iam realizando, vai servir de embrião para o surgimento daquilo que, mais tarde, toma a forma de ranchos folclóricos, com todas as

consequências positivas e negativas para a maneira de encarar o fenómeno folclórico dentro e fora da região do Ribatejo.

Este é um dado relativamente novo que, de alguma forma, é corroborado pelos testemunhos referentes às datas de fundação dos ranchos e pela (pouca) atenção dada nas publicações oficiais sobre a identificação desses agrupamentos. De facto, de início, não parece haver indicações da existência de grupos de folclore devidamente estruturados, formalizados e com carácter de regularidade... apesar de se conhecerem figurações que participaram nos grandes eventos...

Daquilo que conseguimos folhear sobre este assunto, constatamos que, até finais dos anos 30, a palavra “*rancho*” vinha sendo utilizada para identificar o grupo de trabalhadores que desempenhavam tarefas agrícolas por conta dos proprietários das quintas para quem trabalhavam.

Quando acontecia uma festa ou um grande evento que mobilizasse os grandes proprietários, aos seus trabalhadores era solicitada a participação para apresentarem os seus fatos mais antigos, músicos, cantares e danças.

O mesmo se passou a partir da década de 30, a propósito das Exposições, Feiras e Cortejos que se realizaram com carácter mais institucional, em que alguns dos trabalhadores do campo, daquela forma, tomaram parte nessas iniciativas em representação de um concelho ou de um lugar convidados pelos patrões ou por algum outro notável da sua terra.

Assim, aquilo que mais frequentemente encontramos documentado nos eventos de 1936 e de 1940 são as denominações de *rancho* e não de ranchos folclóricos: rancho de trabalhadores rurais de..., rancho de salineiros de..., rancho de azeitoneiras de..., ranchos de “Vindimadeiras” e de “Lagareiros”..., “ranchos de campinos e de campinas com trajos regionais, simulando a Festa da Adeafa” de ..., “o típico rancho de Adiafa”..., “rancho de mulheres com saia encarnada”..., “rancho de rapazes e raparigas do campo de...”, “rancho de raparigas da Casa do Povo de ...” “o típico rancho da Glória e o de Salvaterra...”, o rancho de campinos de Vila Chã de Ourique, o rancho de raparigas da Casa do Povo de..., “seguiam-se ranchos de ceifeiras, de mondadeiras e pescadores, tocando e dançando, campinos a cavalo...”, “ranchos de pescadores de ... e mondadeiras de ...”; o mais aproximado que descortinámos foi “ranchos populares típicos”⁴⁸.

Nesta época, só encontrámos dois concelhos (Abrantes e Barquinha) que referem a existência de grupos e de rancho folclórico, respectivamente, nas Comemorações Provinciais dos Centenários de 1940, mas destes não se conhece regularidade posterior da sua actividade. Com base nestas indicações, arriscamos a afirmar que a este período inicial corresponde um empenhamento de compromisso, essencialmente, de grupos de trabalhadores agrícolas que, convocados pelos notáveis e pelos líderes locais, figuravam nas grandes iniciativas do Estado Novo *apenas* como parte integrante de uma encenação onde, pontualmente, apresentavam as suas práticas mais antigas ainda vigentes à época ou recentemente caídas em desuso, não interessando a sua continuidade. Daí que os ranchos a que nos estamos a referir sejam constituídos apenas e só para as efemérides encenadas acabando a sua mobilização logo após o final da “função”.

Talvez por isso, apenas conseguimos detectar o termo (conceito??) “rancho folclórico” mais como ideia assumida a partir do II Congresso Ribatejano, em 1947 (que abordou programaticamente um leque diversificado de temas), onde ele é referido como instrumento que servirá para valorizar o folclore do

⁴⁸ Ver sobre este assunto “Comemorações Provinciais dos Centenários, 1140-1640”, in *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, nº 1 (1937/40), 1940, p.847-860 e “Exposição-Feira Distrital de Santarém - 1936”, in *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 43, 1936, pp.401 e segs.

Ribatejo, o qual deve ser tratado de “forma orientada”, de modo a que ele regresse nas melhores condições ao seu espaço de feição rural.

...AO APARECIMENTO DOS RANCHOS FOLCLÓRICOS

Se 1917 e 1933 são datas significativas para uma maior visibilidade de ranchos na região Minhota, no Ribatejo apenas conseguimos detectar a primeira “marcha festiva”, no ano de 1936, que se apelidou de Rancho “Os Campinos” de Vila Chã de Ourique (Cartaxo)⁴⁹.

Nesta altura, os dados não são muitos esclarecedores, mas pela frequência dos registos e pelos poucos testemunhos, tal como já preconizámos acima, somos levados a considerar a forte possibilidade das primeiras aparições de ranchos não pré-figurarem aquilo que viemos a conhecer como ranchos folclóricos, mais tarde. Ainda assim, nesta fase inicial, consideramos como os primórdios destes, aquelas formações que se baseiam na constituição de um grupo de pessoas que apresentam os cantares, danças e trajes antigos, também fora da sua localidade, estando disponível para o fazer tendencial e minimamente de forma estruturada, em qualquer altura, dentro de uma actividade cada vez mais continuada.

Ora, o grupo de jovens trabalhadores do campo de V. C. Ourique apareceu numa altura de grande entusiasmo, certamente decorrente da representação concelhia efectuada no âmbito da Exposição-Feira Distrital (Maio 1936), em Santarém, quando ainda nesta região não se tinha ouvido falar em ranchos folclóricos, depois do sucesso das Marchas de Lisboa, também ali imitadas. De resto, o grupo apareceu mais ao estilo da figuração de Marcha, tendo sido, entretanto, o representante da região no Grande Cortejo Folclórico, em Lisboa, em 30/5/1937 e sobre ele foi impressa uma brochura a enaltecer as virtudes do seu trabalho profissional e artístico, como elemento principal de visibilidade da sua terra e das suas gentes e com versos entusiastas à acção de Salazar⁵⁰.

Em Coruche (rancho do Sorraia) aquilo que mobilizava mais vontades eram as coreografias a partir de Marchas que se passaram a organizar a partir dos anos de 1943/1944, algum tempo depois da exibição de uma outra (de Leiria), nas festas da vila e que obteve grande sucesso. Este modelo mantém-se assim por alguns anos, entre várias vicissitudes de aparecimento e desaparecimento das suas formações artísticas, sendo a sua formalização como rancho definida mais claramente durante a década de 60.

Não conseguimos confirmar os anos de continuidade do rancho de V. C. Ourique, mas ficamos com a ideia de que não foi por muito tempo já que o seu responsável, António Barata (ensaiador e autor das letras), passou a estar ligado à Casa do Povo do Cartaxo e a ensaiar o seu Rancho, a partir do ano de 1947. É um grande entusiasta deste tipo de trabalho, até porque com ele podia dar azo à sua veia poética, mas a Direcção da Casa do Povo tem ideias contrárias às suas para o funcionamento do rancho, pelo que o barbeiro e ensaiador acaba a sua ligação com a Casa do Povo, trazendo consigo a maioria dos membros do Rancho nos finais de 1955. Contudo, no final do 1º semestre de 1956, o recém-criado Rancho Folclórico do Cartaxo aparece na Feira do Ribatejo e perdura por vários anos.

Na Azinhaga também se regista o envolvimento popular nas brincadeiras de Carnaval com a realização de marchas, suportadas normalmente num músico

⁴⁹ Estamos em crer que este modelo de rancho é constituído com base nos argumentos que expendemos acima.

⁵⁰ Barata, António N. M., *Rancho “Os Campinos” de Vila Chã de Ourique*, Lisboa, 1938 (Biblioteca Nacional). Homem empenhado, dinâmico e com alguma capacidade de manobra (era barbeiro), nem sempre foi bem aceite nos círculos onde se movia. Foi criador de quadras e composições para marchas de carnaval e para o repertório dos ranchos.

ou numa pessoa com uma veia mais poética; é no seguimento da apresentação de uma marcha de Carnaval na Golegã, em 1948, que os seus organizadores pensam dar-lhe continuidade, facto que vem a acontecer, mas sem muito ânimo, numa altura em que a população ainda dançava espontaneamente nos largos da freguesia.

Um novo e definitivo fôlego é dado, em 1952, com a ajuda da Casa do Povo a propósito da necessidade de gravar o documentário “Tejo - Estrada que anda”, para uma produtora espanhola de cinema (Nodo), em representação do Ribatejo, a qual colhia imagens do rio desde a nascente até à foz e ainda com o mesmo grupo na Feira da Golegã. Estes foram as motivações que levaram ao reaparecimento agora do Rancho Folclórico “Os Campinos” da Azinhaga do Ribatejo.

Na parte Sul da Província é fundado um outro rancho folclórico em Benavente, no ano de 1949. Pretendendo os Lavradores deste concelho e do de V. F. de Xira fazer a Festa da Benção do Gado, em Alcamé, um deles pediu a Joaquim Marques, jovem trabalhador rural e fandanguista notado, que organizasse um grupo de rapazes e raparigas para a animarem com danças antigas da zona. Esta era também uma Festa dedicada aos campinos das Casas Agrícolas que pediam ajuda ao seu santo padroeiro, o S. Miguel.

Esta Festa só se realizou nesta ocasião, mas este jovem não quis perder o esforço que tinha tido ao ensaiar os seus conterrâneos, decidindo-se a continuar com aquele grupo de jovens dançarinos que passou a denominar-se Rancho Folclórico “Sete Saias” de Benavente. Devido à sua maneira de dançar o Fandango, aprendido nas tabernas e aos conhecimentos pessoais junto das pessoas influentes da capital, Joaquim Marques e este Rancho notabilizaram-se de tal modo que conseguem contratos vantajosos e exclusivos para dançar nas Casas de Fado, nos espectáculos de Revista, nas inaugurações de diversos balcões da TAP no estrangeiro e nos mais variados locais, a nível nacional, que passou a ser o “único rancho do país filiado no SNI” de quem recebia (apenas?) apoio logístico, quando era possível⁵¹.

Mas, a década de 50 afigura-se decisiva para a “valorização folclórica” da Província do Ribatejo; e isto porque a então Feira do Ribatejo (1954) - que passou a ser um grande pólo de atracção da região, juntamente com a acção de Celestino Graça nas funções de secretário-geral - está ligada ao novo e definitivo surto de ranchos folclóricos. Não podemos esquecer que, de 1955 a 1960, foram criados 12 ranchos, substancialmente mais do que aquelas estruturas (10) que inventariámos de 1936 a 1954 ou durante toda a década de sessenta (7).

Apesar deste incremento, nesta altura, convém não esquecer que este grande surto de ranchos ainda mantém as características já apontadas: muito voluntarismo, criação propositada para abrilhantar o grande evento regional, grau de formalização muito fraco que gera uma forte instabilidade, levando-os a *aparecer, a desaparecer e a reaparecer* mais tarde, ciclo que se pode repetir várias vezes, dependendo das dificuldades que vão sendo encontradas e do grau de persistência ou desgaste dos seus impulsionadores. Só na década de 60 é que a sua estruturação se revelou mais estabilizada, facto que lançou os alicerces dos futuros ranchos folclóricos.

Ora, foi aquele elemento exterior à lógica interna das aldeias que influenciou e foi determinante para o aparecimento dos Ranchos: da Casa do Povo do Pego (Abrantes), da Glória do Ribatejo, dos Pescadores do Tejo (Faias), Benfica do Ribatejo (Almeirim), do Graíno e Fontainhas - Bairro, do Grupo Infantil de Danças Regionais de Santarém e do Grupo Académico de Danças Ribatejanas (Santarém), do Cartaxo, (Cartaxo), de Campinos da Adega Ribatejana (Salvaterra de Magos), da Casa do Povo de Almeirim, do Vale de Santarém (Santarém), de Torres Novas e da Casa do Povo de Riachos (Torres Novas), Ceifeiras e Campinos (Azambuja)...

⁵¹ Marques, Joaquim, entrevista pessoal, em 11/6/99.

Em Maio de 1954, o Pego está na Feira com o seu grupo de “Bailarinos” porque, solícito ao convite do Presidente da Câmara Municipal de Abrantes, o regedor da Freguesia (também dançarino e ensaiador) que tinha frequentes contactos com ele, em apenas dois meses, mobilizou alguns “bons rapazes e bonitas raparigas” a partir de umas marchas de Carnaval que era hábito realizarem, juntou os tocadores da terra e revolveu as arcas à procura de fatos antigos dos dias de festa, para representarem bem o Ribatejo, sendo os únicos a apresentarem-se desta maneira diferente. Aparecia assim, formalmente, o grupo “Os Bailarinos do Pego” para apresentar o folclore pegacho e pouco tempo depois, logo que a Casa do Povo foi criada, aí ingressaram com o nome de Rancho Folclórico da Casa do Povo do Pego.

Em Março de 1956, atendendo a uma proposta anterior do director da Feira (Celestino Graça), é fundado o Rancho do Vale de Santarém que, também em cerca de dois meses, consegue ficar em condições de ali exhibir o folclore de uma zona de transição entre o Bairro e a Lezíria do Tejo, em contraste com os outros grupos do norte do Distrito e da zona do Bairro (inclusive que ele fundou). Entusiasmados por um pequeno proprietário local (amigo de C. Graça) alguns trabalhadores rurais jovens foram ensinados por uma mulher mais velha, sobejamente conhecida pelos desempenhos de canto e dança nos tempos da sua mocidade. De resto, o incentivo de Celestino Graça era tão forte que, com o objectivo de cada concelho do Ribatejo ter um rancho folclórico, este ano, a Feira contou com a presença 20 grupos distribuídos por todos os seus dias de duração, coisa que antes não tinha acontecido.

Em Riachos, o processo de formação foi mais atribulado, mas também começou a partir de uma marcha de Carnaval, em Fevereiro de 1958, tendo o apoio inicial da Banda, depois do Salão Paroquial e, finalmente, da Casa do Povo que definitivamente concedeu o espaço para construir a Sala de Ensaios. É um trabalhador rural que vai impulsionando o grupo e que se envolve com ensaios e a ultrapassagem das dificuldades, situação que ainda hoje vai verificando, há mais de 40 anos...

Nos grupos onde detivemos mais a nossa atenção, registámos que a maioria dos seus impulsionadores eram músicos, poetas e/ou trabalhadores do ramo dos serviços, bem prestigiados na terra (notáveis locais), à excepção do “Rancho dos Riachos” e do de Benavente que, desde início, contaram com o empenhamento de um trabalhador rural, facto que era bastante raro e não sem alguma discussão entre impulsionadores sobre a direcção a seguir.

Por outro lado, o trabalho de recolha de aspectos tradicionais raramente é invocado como alicerce sólido da fundação destes Ranchos. Este assunto é, aliás, uma das lacunas que apresentam para a representatividade das suas localidades, facto que não deixa de estar ligado à política proposta oficialmente, que não estimulava este tipo de trabalho e desincentivava mesmo quem tentava mais criteriosamente dar conta das “tradições populares”, apelando, ao contrário, para o empirismo dos mestres.

É claro que, quem sabia realizar este tipo de trabalho foi impedido (F. L. Graça, M. Giacometti) e quem o vai realizando não está minimamente habilitado a fazê-lo. Há bastante tempo que L. Graça advertiu: “as populações rurais devem informar os especialistas, mas não devem recolher, porque não têm aparelhagem capaz, nem critério, nem os conhecimentos etnográficos que lhes permitam fazer uma recolha sistemática e criteriosa”⁵².

Como temos vindo a realçar, na fundação destas estruturas folclóricas na nossa região (e no país) perpassa uma grande vontade de mostrar a terra e as suas características, suportada por uma maneira lúdica de fazer e de criar a partir da execução simples de esquemas que imitavam os modelos das Marchas Populares de Lisboa, mas que eram a prova da capacidade empreendedora e garante da diversão locais.

⁵² Graça, F. Lopes, entrevista pessoal, Maio de 1980.

Daí que quase todas as formações tenham as suas raízes neste estilo de diversão artística, não se sentindo a necessidade de procurar “as coisas antigas”, porque estas ainda não eram assim tão estranhas aos modos de vida das respectivas comunidades.

Mas é ao nível do simbólico que nos parece existir uma ligação maior entre os postulados do Estado Novo e as "linhas com que os Ranchos Folclóricos inicialmente se coseram".

De facto, os exemplos parecem ser bastantes, mas apenas apontamos alguns:

- O "amor à terra em que nascemos", como forma de identificação e diferenciação perante as outras terras esquecendo quase sempre se esta é ou não a melhor maneira de a divulgar e se, ao rancho, é digno de se atribuir esse privilégio;

- Os ensaiadores habituados às suas inspirações poéticas para as marchas, continuavam esse trabalho de criação, *inventando* letras, músicas e marcações, tomando-as como peças tradicionais, introduzindo-as nos ranchos que, ao exibi-las, apresentavam "gato por lebre" (Vila Chã de Ourique, Vale de Santarém, Coruche, Pego, Glória, Azambuja)...

- A imposição que algumas entidades faziam para que um grupo apresentasse um traje ou uma dança específica da região, embora isso não fosse representativo do seu lugar/freguesia; é o caso do traje festivo do campino ou da dança do fandango, que passam automaticamente a identificar um rancho de uma freguesia com uma região/Província, aumentando-lhe assim o grau de identificação por via do mito que se pretendia forjar (e que foi conseguido) ou que, entretanto, se criou (Campino/toiro/cavalo/fandango = Ribatejo) - (Riachos, Vale de Santarém, Benavente, Azinhaga, Azambuja...).

- As diferentes afirmações que vão no sentido de que as pessoas implicadas nas estruturas do Folclore são como de uma família se tratasse, quando se conhecem os enormes conflitos internos que as tocam; apesar de não ser valorizado o espaço-rancho não deixa de ser uma área privilegiada de sociabilização que pode equacionar a totalidade do lugar ou freguesia, conhecendo-se ao longo da sua existência muitos conflitos, tensões e cisões (Coruche, Glória, Vale de Santarém, Benavente...).

- A Casa do Povo, a Junta de Freguesia, o regedor são entidades que impulsionam e controlam a criação e manutenção de ranchos (Pego, Azinhaga, Almeirim, Riachos, Glória do Ribatejo...).

- A bandeira, a "tabuleta" e sobretudo as marchas de entrada e de saída reforçam o grau de identidade do rancho ao grupo social de origem, para além de cumprirem as funções para que foram criadas: a de comunicação ao exterior e a de participação/pertença ao grupo.

- A colaboração de classes e a redução dos seus antagonismos propostos pelo Estado Novo são desmentidos na prática, quer na sociedade civil, quer no âmbito dos ranchos, porque estes apenas apresentam alguns trajes-tipo da classe campestre, precisamente os mais limpos e "bonitinhos" - os domingueiros - enquanto que os restantes trajes (desde os camponeses até às pessoas abastadas que se inter-relacionam na localidade) não eram sequer divulgados (Almeirim, Azinhaga, Vila Chã de Ourique, Benavente, Bairro, Vale de Santarém...); por outro lado, os ricos, abastados ou alguns notáveis da terra apoiavam a criação e continuação do rancho à distância, enquanto que quem dançava eram as pessoas das classes com menos recursos. Por isso houve e continua a haver uma *estratificação social* que cobre todo o campo folclórico, seja quanto aos aspectos da apresentação artística, seja quanto aos relacionados com os participantes e dirigentes.

Grossomodo, esta breve abordagem permite evidenciar que tipo de estruturas temos em presença, sabendo-se que a maior parte destes traços característicos iniciais perduraram durante bastante tempo e que outros foram desenvolvidos, condicionando quer a acção dos chamados ranchos folclóricos

quer condicionando a visão construída da realidade regional e etnográfica onde eles se inserem.

IDEIAS FINAIS

A Província mostra-se a partir de uma visão muito estreita da realidade, através da etnografia e dos ranchos folclóricos.

Quando fomos para o terreno, o campo, ela descobriu-se de tal forma que vimos outros valores e práticas que até aí não estavam valorizadas e que punham em causa muito do trabalho anterior dos ranchos folclóricos do Ribatejo, que se baseou apenas em imagens da memória, estreitas, fixas, congeladas, buriladas.

Este novo trabalho, contudo, mantém o retrato duma época como se fosse “a época”, como se as práticas representadas fossem imutáveis e puras, genuínas, não contando as influências e contradições que esse mesmo período contém, vindas detrás e que influenciaram o tempo seguinte.

Assim, os ranchos folclóricos continuam, como sempre fizeram, a oferecer um resultado “como se fosse” a etnografia, a vivência de uma classe, de um lugar, quando eles deveriam ser entendidos como uma representação (entre muitas), duma parte da realidade num dado momento.

Postas as questões neste pé, os ranchos folclóricos são uns meros agentes conservadores, fixadores e reprodutores de ideias e valores parcelares que apresentam como se elas fossem absolutas, através de um produto artístico sem criatividade e sem capacidade de inovação e, logo, com uma fraca intervenção cultural, artística e social, contrária ao sabor dos tempos actuais.

Mas, para além desta, existe uma outra parte, a *associativa*, que, como é estritamente relacional, recobre a área social e remete para toda a constelação de sociabilidades entre quem é participante e a comunidade que se diz representar, passando pelos destinatários com quem aqueles se relacionam.

Marcado desde a sua origem por uma grande fragilidade associativa, assente sobretudo no Director-Faz-Tudo e sem a experiência de regras de democracia interna, os actuais ranchos folclóricos foram compelidos a encetar novas aprendizagens e a trabalhar novas áreas de intervenção e de afirmação, a partir de uma maior versatilidade que lhes vai sendo exigida para corresponder às exigências dos pedidos sociais que se lhes vão deparando.

Assim, o rancho folclórico é um mero pretexto de sociabilidade com a ideia de defesa e de visibilidade duma “cultura popular” e “tradicional”, mas que despoleta um conjunto de manifestações de adesão e de exclusão, pólo privilegiado de relacionamento social ao nível dos lugares e aí constitui um lugar privilegiado para a determinação e influência das práticas quotidianas e de aprendizagens que têm feito “escola” ao longo de gerações; ele serve, pois, de meio intermediário entre o lugar delimitado, fechado, de origem (familiar, comunitário, regional, nacional) e os outros vários locais de destino que lhe servem de comparação (comunitários, regionais, inter-nacionais).

Ao longo do percurso já feito consegue verificar-se uma fase inicial mais inconsequente, menos estruturada e estruturante dos *ranchos* (conjunto de pessoas em deslocação) que se apresentavam fora do espaço da sua comunidade, como grupo sócio-profissional ou como grupo artístico de trabalhadores, com carácter muito pontual e a partir do modelo das Marchas Populares que tinham começado em 1932 (Lisboa), incrementado pela Câmara Municipal de Lisboa, depois de 1934⁵³.

⁵³ Caetano, Paulo (Coord.), *Marchas Populares 99*, Edição Equipamentos dos Bairros Históricos de Lisboa, E.P., Câmara Municipal de Lisboa - Festas Populares, Lisboa, Junho 1999.

Este tipo inicial é diferente daquele outro que o substituiu - o *rancho folclórico* - que passou a assumir um estatuto mais consequente quanto à sua vocação e estruturação, numa altura em que as comunidades locais começavam a deixar para a memória as práticas que até aí vinham desempenhando. A partir de um modelo de A. Santos Silva⁵⁴ para a caracterização da pequena cultura popular é possível adaptá-lo a esta estrutura folclórica: os ranchos folclóricos assentam predominantemente numa base de *âmbito local*; a sua estrutura organizativa é relativamente *formalizada*; predomina uma característica de *ideologia da cultura popular* que é oriunda das estruturas de enquadramento lançadas pelo Estado Novo; e ele configura um *modelo de recepção* assente na separação do actor (produtor) e do espectador (receptor), situação comumente entendida como um processo de “*folclorização*”...

Ora, este novo tipo de rancho baseia-se então no anterior, possui maior estabilidade (ainda que precária), é minimamente consequente com a sua actividade artística e compromete-se mais desenvolvidamente com o turismo nacional, dentro e fora do país. Com os anos é levado a aperfeiçoar o seu modelo de funcionamento, a estruturar-se consoante as regras ditadas pelas relações de mercado, a abrir-se a uma democracia interna (pós-25/4/74) que (re)equaciona todas as suas posições e acções anteriores, as quais dão indicações de não estarem em consonância com as práticas do Folclore e da Etnografia, cujos estudos são cada vez mais actualizados.

Por isso, no trajecto que os ranchos folclóricos fizeram durante o século XX podemos perceber dois paradigmas que marcam a sua actuação: o inicial “*paradigma da estilização*” - preocupação em actualizar os mecanismos artísticos e estéticos da apresentação pública, comercial, do “folclore” - e o posterior “*paradigma da reconstrução*”⁵⁵ - em que os grupos tentam aproximar a sua representação folclórica daquilo que “percebem” como (a) realidade a representar.

Nesta última fase, com a redescoberta das vantagens de levantamentos no terreno, mesmo de forma incipiente, a partir de 1978/80⁵⁶, passou a existir bastantes outros elementos da vida das comunidades que foram (e têm sido) tratados de uma forma tendencialmente mais contextualizada.

Esta nova perspectiva foi fruto do trabalho de jovens componentes dos ranchos, com qualificações académicas mais elevadas que, ao investirem num maior conhecimento do seu local de origem, “redescobriram” a etnografia local, facto que permitiu a sua nova aplicação aos espectadores dos ranchos folclóricos e, conseqüentemente, uma *renovada linguagem de espectáculo*: introdução de novos elementos e cenas tradicionais da vida local, aposta numa “folclorização teatralizada”, novos trajes, músicas e danças tradicionais, revalorização de instrumentos e trajes esquecidos, bem como outras versões da mesma dança (o

⁵⁴ Silva, Augusto Santos, *Tempos Cruzados: um estudo interpretativo da cultura popular*, Ed. Afrontamento, 1994, pp. 385.

⁵⁵ Vasconcelos, João, “O folclore, para lá da figuração”, ideias apresentadas na comunicação oral no Colóquio *Usos do Popular*, ISCTE, 23/10/98. Ver também Silva, cit. 55, sobre esta temática.

⁵⁶ Nós próprios encetámos um incipiente trabalho de campo que facilmente permitiu verificar as contradições e o âmbito das práticas num e noutro período. Algumas destas reflexões foram apresentadas em várias ocasiões, para além de jornais regionais: Ferrão, Humberto Nelson, “Ranchos Folclóricos: Que Associativismo? Deambulações: a técnica e a associativa”, in II Congresso de Folclore do Ribatejo 1989, *Comunicações ...Santarém*, Ed. Região de Turismo do Ribatejo, 1990; “Associativismo e Folclore: Duas faces da mesma moeda”, I Congresso Internacional de Folclore - Festinatel 91, de 11 a 13/9/91, Lisboa, Ed. INATEL (no prelo); “Como encarar o Folclore e os Ranchos Folclóricos do Ribatejo - Das concepções históricas nacionais e do trabalho de campo de F. L. Graça e M. Giacometti...”, in *V Congresso de Folclore do Ribatejo, 1995, Comunicações ...*, Região Turismo Ribatejo, Santarém, 1996, pp. 166 - 169; Ferrão, Humberto, e Cruz, Ana Sofia, “Vale de Santarém: Os Trajes-tipo do princípio do século XX”, in *III e IV Congresso de Folclore do Ribatejo 1991-1993 - Comunicações ...* - Santarém, Região Turismo Ribatejo, 1994, pp. 71-95.

fandango) e outras formas de canto improvisado (desgarradas/canto ao desafio)...

Por outro lado, este novo movimento teve ainda como *consequência* possibilitar que o âmbito de entendimento do folclore fosse alargado a outras matérias (religiosidade e medicina populares, gastronomia, novos aspectos lúdicos inerentes à vida da comunidade...) - para além da usual trilogia Traje, Música/Canto e Dança - e possibilitar ainda que a concepção de rancho folclórico do paradigma da estilização - cujo espectáculo assentava naquela estreita trilogia - passasse a ser encarda com um âmbito de acção/intervenção mais alargado, em ruptura com as antigas práticas culturais e sociais dentro do campo folclórico.

Ora, uma vez aqui chegados, verificamos que este cenário emergente qualifica o paradigma da reconstituição com uma *gradação* - quem faz a representação mais próxima do modelo tido como originário - que, contudo, remete sempre para uma *(re)encenação da cultura camponesa*, no mesmo sentido que a redutora estilização a entendeu. Estarão, porventura, os ranchos folclóricos a desenvolver um trabalho de *(re)construção social do folclore regional e do espaço rural*, por caminhos de uma neo-esteticização do quotidiano camponês, de uma re-estilização do folclore ribatejano ...(?).

Este trajecto vai sendo feito através de uma linguagem estética e um gosto muito próprio, dentro da panóplia de gostos e práticas culturais de que a sociedade se vai alimentando. Por um processo complexo de representação mimética do real, o grupo folclórico ensaia, por seu lado, a recomposição do folclore, aperfeiçoa a sua representatividade *recontextualizando/reconstruindo* um conjunto de arquétipos que pretende ver posteriormente validados e legitimados culturalmente. Esta legitimação é dada actualmente por uma hierarquia que confere um efeito de marca ao produto que é comercializado: através dos *pares*, da *crítica* dos peritos, do *mercado* e da *opinião pública*.

Mais recentemente, a opinião entre pares, baseada em critérios mais culturais, começou a ter capacidade de influenciar não só a entidade reguladora por excelência (a Federação do Folclore Português) do perfil de rancho a estimular, como também eles próprios a auto-referenciarem-se na perspectiva de *uma etnografia*, encarada como a mais “correcta”...

Este processo permitiu, dentro do campo respectivo, desenvolver uma *marca simbólica* daqueles ranchos folclóricos que possuem uma representatividade ligada a um circuito de credibilidade difundido de Norte a Sul do país.

Assim, o rancho folclórico funciona globalmente como um *símbolo* dado não por uma *marca-autor* (porque os conteúdos devem ser de autor anónimo, embora reaproveitados colectivamente, logo não são passíveis de pagamento de direitos autorais), mas por um “mecanismo de diferenciação social e afirmação prestigiante”⁵⁷, assente na confiança regular dada pelo *gestor do produto* (o dirigente e/ou ensaiador folclórico). Esta garantia é ainda referenciada pelos critérios ancorados na prática etnográfica de cada um - actualmente a reconstituição, encenação folclórica - relativos àquele lugar de representatividade e que se pode alterar conforme as circunstâncias, à medida que os anos vão passando...

Ora, aqui ganha pertinência a ideia sugerida por J. Madureira Pinto a propósito da construção de identidades sociais, quanto ao “processo de folclorização de certos bens e práticas culturais”, em que o que é apresentado é “a imagem idealizada e truncada que o grupo presume ser a mais congruente com a que sobre si *terá* construído o espectador-turista-consumidor”⁵⁸.

Em relação aos ranchos folclóricos e à identidade ribatejana que eles veiculam, sugerimos uma *outra leitura*.

⁵⁷ Melo, Alexandre, “Arte e Mercadoria”, in *Cultura & Economia*, coord. M. Lourdes Lima dos Santos, Ed. Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1995, p. 88.

⁵⁸ Pinto, cit.34, p. 219.

Se há uns largos anos esta ideia seria aplicável (oferecer aos outros a representação que eles têm do rancho e do Ribatejo), agora com este processo de reconstituição e todas as consequências que ele acarreta, o espectador está a ser confrontado com um outro tipo de rancho folclórico e com a valorização de outras características e traços culturais constituintes da construção social da identidade do Ribatejo, num processo de desconstrução/reconstrução das representações que o público possui desta região.

Se aceitamos que houve nítida (re)invenção das tradições⁵⁹ no Ribatejo, que têm vindo a ser questionadas pelo paradigma da reconstituição, temos de convir que as novas representações em reconstrução, veiculadas pelos ranchos folclóricos, promovem uma *ruptura* com as representações anteriores que os “outros” possuíam da região, passando a oferecer-lhes uma outra visão do mesmo objecto; por outro lado, do ponto de vista da identidade regional, por via desta acção dos ranchos, verifica-se também *um processo de (re)construção social da identidade* do Ribatejo, que antes assentava nalguns traços culturais, dentro de um elaborado complexo mitológico, mas que agora passou a ser posto em causa, a ser reconstruído, conforme algumas outras representações que, como exemplo, passamos a indicar:

NO RIBATEJO

Ideia antes construída (Paradigma da estilização)	Ideia em reconstrução (Paradigma da reconstituição)
Canto - não hábito de cantar	cantou e improvisou, fundamentalmente à desgarrada
Música - difusão do acordeon	usual o harmónio, concertina, gaita-de-beiços, guitarra
Trajes - difusão de um traje-tipo	diferentes e variados trajes, conforme as diferentes zonas
Dança - um só tipo de Fandango e dançado só por homens	existem várias versões, conforme as diferentes zonas; dançado por homens e nalgumas vezes por mulheres
Mulher - submissa e desvalorizada social e profissionalmente	mas nalgumas tarefas profissionais ela reparte responsabilidades semelhantes (cavar, chefiar ranchos...)
Ribatejo é a Lezíria, o toiro, o campino...	o Ribatejo é também a zona do Bairro e da Charneca
Campino - enaltecimento do campino	existiam outros importantes estratos sócio-profissionais
calção azul e meias brancas	usual o calção e as meias de outras cores, conforme as Casas Agrícolas e as zonas
o <i>campino</i> , o <i>Homem do Ribatejo</i> é viril, ativo, destemido, honrado, galanteador, montado no cavalo com pampilho	qualidades extensivas também a outros ribatejanos e estratos sócio-profissionais;
	...agora o campino está em cima do cavalo, mas a vapor...

Como rapidamente se percebe, fruto dos postulados do Estado Novo e da sua forma de encarar e valorizar o folclore, os ranchos de trabalhadores inicialmente e os ranchos folclóricos numa fase posterior foram dispositivos que, cada um à sua maneira, contribuíram ou foram parte integrante do desenvolvimento da sua política cultural, durante largos anos. Contudo, este contributo assumiu diversas matizes que desenharam uma trajectória com desenvolvimentos diferentes e, até, contraditórios.

Indicámos como as grandes celebrações e o entusiasmo multiplicador à sua volta provocaram uma contaminação às gentes da região (e estamos em crer ao nível nacional) que as encorajou a repetir os elementos mais simplificados

⁵⁹ Hobsbawm, Eric e Ranger, Terence, (Org.) *A Invenção das Tradições*, Ed. Paz e Terra, S. Paulo, 2ª ed., 1997, pp. 311-316.

daquele modelo, à escala local; este facto, levou os dirigentes do SNI a questionarem o interesse daquilo que estava a ser o “folclore janota, quasi sempre falso” e que era necessário evitar e controlar.

Pelas descrições registadas acreditamos que estas imitações das “marchas” pelo Carnaval e os Cortejos alegóricos fossem impregnadas em muitas daquelas estruturas que vieram a chamar-se de ranchos folclóricos, mantendo-lhes alguns dos seus traços até ao final do século; paralelamente, entretanto, em finais dos anos 70, surgiu no seio do movimento folclórico regional (e nacional) uma linha de preocupações que veio questionar todo ou parte do edifício que tinha sido laboriosamente construído com um certo tipo de representações sociais sobre o Ribatejo e os ribatejanos, com especial destaque para a figura do campino e a dança do Fandango.

Ora, perante a constatação dos factos já evidenciados, entendemos que a continuação do estudo e identificação das etapas do longo trajecto que o fenómeno folclórico percorreu nesta região será a garantia de ficarmos a conhecer melhor as razões e o modo de existência e de afirmação dos ranchos folclóricos, no conjunto da actividade artístico-cultural do país e na formação do processo identitário regional; por outro lado, com isso, esperamos também poder descortinar algumas razões por que este universo de cerca de 2000 associações⁶⁰ (ouve-se falar também em 3000) é “percebido” como objecto “depreciado” do campo cultural, que considera não ter a atenção devida por parte dos campos político e académico, nestes tempos da nossa contemporaneidade⁶¹.

⁶⁰ Castelo-Branco, Salwa e Lima, Maria João, “Práticas Musicais Locais: alguns indicadores preliminares”, in OBS, nº 4, ed. Observatório das Actividades Culturais, Out. 98. As autoras indicam 2075 grupos de folclore, correspondentes a 55.8% dos grupos musicais locais em Portugal.

⁶¹ Ferrão, Humberto Nelson, “Ranchos Folclóricos no Ribatejo: Estética, mercadoria e associativismo”, in *Website*, www.ces.fe.uc.pt/coloquio/espaco/ do Centro de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, no âmbito do Colóquio Sociedade, Cultura e Política no Fim do Século: “A Reinvenção da Teoria Crítica”, Coimbra, 16 - 17 de Abril de 1999, Painel “Os novos espaços públicos: identidades e práticas culturais”. Ver também o Website do autor: www.terravista.pt/nazare/1681.